

WR DISTRIBUIDORA E INDUSTRIA TEXTIL LTDA

CNPJ nº 25.369.684/0001-24 e IE nº 002808256.00-02

Av. Julião Arbex, nº 20, Pavimento 1, Centro, Três Corações, MG

CEP nº 37.410-109, E-mail: licitacao01@centerdistribuidora.com.br – Tel.: (35) 3235-1001

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA BRUNA SOUZA GOUVÊA, DO SETOR DE LICITAÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARÁ- CISPÁRÁ.

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2023

Processo Licitatório nº 22/2023

WR DISTRIBUIDORA E INDUSTRIA TEXTIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 25.369.684/0001-24, com sede na AV. Julião Arbex, nº 20, pavimento 1, Centro, Três Corações, MG, representada neste ato por seu representante legal o Sr. Halisson Rodrigo Correa, brasileiro, casado, Empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº Mg-6.569.035 SSP/MG e CPF nº 041.157.74681, residente e domiciliado na Avenida Rio Branco, nº 155, Apto 1701, centro, Varginha, MG CEP 37.002-010, apresentar,

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

do Pregão em epígrafe, com fundamento no Artigo 41, § 2º da Lei nº 8.666/1993, pelos motivos de fato e de direito que adiante passa a expor:

DA TEMPESTIVIDADE

Conforme previsto no item 4.5 do instrumento convocatório, o prazo para impugnação do edital de licitação é de 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação. Com efeito, o edital define, no seu preâmbulo, como a data em que será procedida a abertura das propostas como 17 de agosto de 2023.

Nesta senda, apresenta-se a presente impugnação antes de findo o referido prazo e, portanto, requer-se o seu recebimento.

WR DISTRIBUIDORA E INDUSTRIA TEXTIL LTDA

WR DISTRIBUIDORA E INDUSTRIA TEXTIL LTDA

CNPJ nº 25.369.684/0001-24 e IE nº 002808256.00-02

Av. Julião Arbex, nº 20, Pavimento 1, Centro, Três Corações, MG

CEP nº 37.410-109, E-mail: licitacao01@centerdistribuidora.com.br – Tel.: (35) 3235-1001

DO OBJETO DA LICITAÇÃO

O Pregão em referência tem por objeto “Registro de Preços para aquisição de uniformes escolares, para atendimento das necessidades surgidas no âmbito dos Municípios que fazem parte do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços do Alto do Rio Pará.”

DOS FATOS

Em face da constatação de vícios na elaboração deste Edital e Termo de Referência, onde ao analisá-lo no intuito de participar do certame, observamos falhas em alguns pontos importantes para a efetiva contratação de um serviço eficiente e de boa qualidade, dificultando a concorrência no presente edital conforme exposto abaixo:

Solicitamos revisão no descritivo dos uniformes e tênis, pois quando um Edital/Termo de Referência solicita apenas com descritivo mínimo, onde os tênis nem sequer tem a descrição do seu material, abre margem para licitantes oferecerem produtos inferiores e de baixa qualidade, lesando o órgão e os outros licitantes que prezam por qualidade, ocasionando assim uma concorrência desleal a quem quer fornecer um produto durável e adequado. Essa descrição que consta no edital, não atende aos requisitos de um uniforme ou tênis para uso escolar ou uso contínuo por exemplo, pois com esta descrição pode ser ofertado qualquer produto, sendo o mesmo de baixa qualidade.

Além de não constar nenhuma descrição complementar, não consta nenhum layout para se ter como base para a produção, o mesmo não cita nenhuma personalização, sendo que tudo isso afeta na composição do preço.

PRAZO EXÍGUO DAS AMOSTRAS E LAUDOS

Verifica-se primeiramente que não se observou às particularidades do mercado ao exigir PRAZO EXÍGUO para efetiva APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS E LAUDOS de forma a RESTRINGIR todo caráter competitivo, causando ineficiência e desperdícios dos recursos públicos em meio ao atual cenário de austeridade fiscal que o país se encontra, sem qualquer justificativa técnica ou legal que amparem ou sustentem o poder discricionário do administrador público, conforme passaremos a detalhar.

De acordo com o § 1º, inciso I, do art. 3, da Lei nº 8666/93, é vedado aos agentes públicos:

WR DISTRIBUIDORA E INDUSTRIA TEXTIL LTDA

WR DISTRIBUIDORA E INDUSTRIA TEXTIL LTDA

CNPJ nº 25.369.684/0001-24 e IE nº 002808256.00-02

Av. Julião Arbex, nº 20, Pavimento 1, Centro, Três Corações, MG

CEP nº 37.410-109, E-mail: licitacao01@centerdistribuidora.com.br – Tel.: (35) 3235-1001

“I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato” Grifo nosso.

Art. 44 (...) § 1º É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigilo, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL DE 1988, exemplifica: Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

A DOUTRINA: “O princípio da igualdade implica o dever não apenas de tratar isonomicamente todos os que afluírem ao certame, mas também o de ensejar oportunidade de disputá-lo a quaisquer interessados que, desejando dele participar, podem oferecer as indispensáveis condições de garantia. É o que prevê o já referido art. 37, XXI, do Texto Constitucional. Aliás, o § 1º do art. 3º da Lei 8.666 proíbe que o ato convocatório do certame admita, preveja, inclua ou tolere cláusulas ou condições capazes de frustrar ou restringir o caráter competitivo do procedimento licitatório (...)”

Consta no edital que a licitante vencedora deverá apresentar no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, as amostras de todos os itens, vejamos:

WR DISTRIBUIDORA E INDUSTRIA TEXTIL LTDA

CNPJ nº 25.369.684/0001-24 e IE nº 002808256.00-02

Av. Julião Arbex, nº 20, Pavimento 1, Centro, Três Corações, MG

CEP nº 37.410-109, E-mail: licitacao01@centerdistribuidora.com.br – Tel.: (35) 3235-1001

“14.1.2. A (s) amostra (s) devem ser apresentados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após solicitação do Pregoeiro, em embalagem lacrada, constando identificação do licitante, nº do Processo Licitatório, nº do Pregão, devendo ser protocolizado na sede do Cispará.”

A licitação se destina a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração, ou seja, aquela que preencha os requisitos mínimos de qualidade e desempenho, com o melhor preço possível, e sempre através de competição ampla e isonômica, que permita o ingresso de toda a pluralidade de fornecedores aptos a promover o atendimento das exatas necessidades da Administração, em prestígio à eficiência da despesa pública.

Toda requisição editalícia que resulte na delimitação do universo competitivo tem o potencial de fragilizar a economicidade das aquisições e dificultar o maior aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, ameaçando a isonomia e a própria lisura do certame. Por isso, tal conduta requer justificativas técnicas sólidas.

Portanto na medida que o indigitado item do Edital está a exigir as amostras dos uniformes escolares e laudos, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, não resta dúvida que o ato de convocação de que se cogita consigna cláusula manifestamente comprometedor ou restritiva do caráter competitivo que deve presidir toda e qualquer licitação.

Oportuno observar o que dispõe a jurisprudência do Tribunais de Contas em entendimento da doutrina:

“Acórdão 1624/2018-Plenário. 18/07/2018. Relator Min. ZYMLER (g.n) O objetivo da estipulação do prazo razoável para entrega das amostras, bem como da vedação da oneração das licitantes anteriormente à celebração do contrato é justamente a ampliação da competitividade do certame e diminuição do ônus das licitantes.” Grifo nosso.

“Acórdão TCU nº 1667/2017 - Plenário Conforme entendimento do Tribunal de Contas da União, nos casos em que a avaliação de amostras fizer-se necessária, devemse prever no instrumento convocatório, pelo menos, os seguintes itens (Princípio da publicidade – Constituição Federal, art. 37, caput; Princípio do julgamento objetivo e da isonomia – Lei nº 8.666/1993, art. 3º, caput; Princípio da segurança jurídica – Lei nº 9.784/1999, art. 2º, caput): a. Prazo adequado para entrega da amostra pelo licitante; b.A possibilidade e a forma de participação dos interessados, inclusive dos demais licitantes, no acompanhamento do procedimento de avaliação da amostra.” Grifo nosso.

WR DISTRIBUIDORA E INDUSTRIA TEXTIL LTDA

CNPJ nº 25.369.684/0001-24 e IE nº 002808256.00-02

Av. Julião Arbex, nº 20, Pavimento 1, Centro, Três Corações, MG

CEP nº 37.410-109, E-mail: licitacao01@centerdistribuidora.com.br – Tel.: (35) 3235-1001

“Os arts. 3º, § 1º, I da Lei nº 8.666/931 e 5º do Decreto nº 1 Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

006420.989.17-0 – Relator Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues: “a jurisprudência deste E. Tribunal é assente no sentido de que amostras customizadas devem ser requisitadas apenas da empresa vencedora do certame ou detentora do menor preço, com fixação de prazo razoável para atendimento”. Grifo nosso.

000028.989.17-6. Relator Conselheiro-Substituto Josué Romero: “Como é cediço, amostras e laudos não ser postulados tão somente do vencedor de cada um dos itens de material escolar licitados, mediante fixação de prazo razoável para apresentação de uns e outros, condições que deve o ato convocatório prontamente corrigir”.

008046.989.17-4. Relator Conselheiro-Substituto Josué Romero: “Prosseguindo nesta apreciação, se é verdade que há certo grau de discricionariedade da Administração ao estabelecer prazo para a apresentação de laudos, forçoso realçar que tal poder não é ilimitado, mas sim cerceado especialmente pelo princípio da razoabilidade.”

Produtos sob encomenda, como o caso do Uniforme Escolar, englobam toda a cadeia produtiva, com diversas fases aquisição de matéria-prima, tecelagem, malharias, confecção, acabamento e logística. Razão pela qual a apresentação de amostras naturalmente acarretará maior ônus, consequentemente tal obrigatoriedade recai apenas a empresa vencedora, tornando não factível o prazo exigido por esta comissão, desnaturando a licitação na modalidade Pregão, colocando em risco a competitividade da disputa e a economicidade que constitui um dos seus objetivos fundamentais.

Pedimos que o prazo para apresentação de amostras seja de no mínimo 10 (dez) dias úteis.

WR DISTRIBUIDORA E INDUSTRIA TEXTIL LTDA

CNPJ nº 25.369.684/0001-24 e IE nº 002808256.00-02

Av. Julião Arbex, nº 20, Pavimento 1, Centro, Três Corações, MG

CEP nº 37.410-109, E-mail: licitacao01@centerdistribuidora.com.br – Tel.: (35) 3235-1001

QUANTO A QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

A licitação por se tratar de um quantitativo significativo, seria ideal solicitar as licitantes uma prova melhor de sua capacidade financeira, solicitando o Balanço patrimonial, 10% de capital social ou patrimônio líquido.

no teor do art. 31, § 2 e §3º, da Lei Federal de nº 8.666/93, neste sentido, citamos o julgado do TJMG, in verbis:

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA - AGRAVO DE INSTRUMENTO - LICITAÇÃO - INABILITAÇÃO - LIMINAR INDEFERIDA - ADJUDICAÇÃO DO OBJETO E ASSINATURA DO CONTRATO - PRELIMINAR - PERDA DO OBJETO - INOCORRÊNCIA - PRELIMINAR REJEITADA. - Na forma do § 2º, do art. 49 da Lei 8.666/93, "a nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato", razão pela qual o encerramento do certame, e a homologação do contrato, não induz a perda superveniente do objeto da ação que impugna o procedimento licitatório - Preliminar de perda superveniente do objeto rejeitada. **EDITAL - EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO DE 10% DO VALOR DA CONTRATAÇÃO - FINALIDADE DE COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO- FINANCEIRA - ART. 37, XXI, DA CF\88, E ARTIGOS 27 E 31, DA LEI FEDERAL N. 8666\93 - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO POR BALANÇO PATRIMONIAL - AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL QUE NÃO INDUZ NECESSÁRIAMENTE AO AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - AUSÊNCIA DE PROVA DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA EXIGIDA PELO EDITAL - INABILITAÇÃO DA LICITANTE - RELEVÂNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO - AUSÊNCIA - LIMINAR INDEFERIDA - DECISÃO MANTIDA - RECURSO NEGADO - São cabíveis exigências editalícias inerentes à segurança do cumprimento do objeto da licitação, inclusive aquelas que estabelecem a comprovação de capacidade técnica, e financeiro-econômica, na forma do art. 37, XXI, da CF\88, e**

WR DISTRIBUIDORA E INDUSTRIA TEXTIL LTDA

CNPJ nº 25.369.684/0001-24 e IE nº 002808256.00-02

Av. Julião Arbex, nº 20, Pavimento 1, Centro, Três Corações, MG

CEP nº 37.410-109, E-mail: licitacao01@centerdistribuidora.com.br – Tel.: (35) 3235-1001

artigos 27 e 31, da Lei Federal nº 8.666/1993 - Não satisfaz a exigência editalícia, concernente à empresa licitante possuir patrimônio líquido mínimo de 10% do valor da contratação, a demonstração de aporte no capital social da empresa, uma vez que o aumento de capital social não corresponde, necessariamente, a um aumento equivalente do patrimônio líquido, já que este último é a participação residual nos ativos da empresa, após a dedução de todos os seus passivos - Inexistência de prova, pela documentação juntada, da qualificação econômico-financeira exigida no edital - Ausência de demonstração da relevância da fundamentação, a indicar a probabilidade do direito. Inexistência de fumus boni juris, necessário à concessão da liminar vindicada - Liminar indeferida. Decisão mantida. Recurso negado. (TJ-MG - AI: 10000212762207001 MG, Relator: Júlio Cezar Gutierrez, Data de Julgamento: 02/08/2022, Câmaras Cíveis / 6ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 08/08/2022)

No mesmo sentido, é o entendimento da Justiça Federal, citamos:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SUSPENSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO. NÃO

CABIMENTO. EXIGÊNCIA DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO CUMULADA COM ÍNDICES CONTÁBEIS DE LIQUIDEZ GERAL, CORRENTE E SOLVÊNCIA GERAL. POSSIBILIDADE. LEGALIDADE DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO CERTAME. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Agravo de instrumento interposto por particular contra decisão que, nos autos do mandado de segurança, rejeitou os embargos de declaração opostos pelo ora recorrente para manter incólume ato judicial anterior que indeferiu medida liminar requestada com o escopo de assegurar a suspensão de pregão eletrônico, promovido pela JFRN para contratação de empresa prestadora de serviços de vigilância patrimonial armada. **2. Nos termos do art. 31, parágrafo 3º, da Lei nº. 8.666/93, o capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido não poderá exceder a 10% (dez por cento) do**

WR DISTRIBUIDORA E INDUSTRIA TEXTIL LTDA

CNPJ nº 25.369.684/0001-24 e IE nº 002808256.00-02

Av. Julião Arbex, nº 20, Pavimento 1, Centro, Três Corações, MG

CEP nº 37.410-109, E-mail: licitacao01@centerdistribuidora.com.br – Tel.: (35) 3235-1001

valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais. 3. Na espécie, inexistente qualquer ilegalidade na exigência de demonstração de patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, em face de tal condição ter sido estabelecida em lei, bem como em razão de reiteradas experiências pretéritas experimentadas pela administração com empresas prestadoras de serviço, que não conseguiram honrar os compromissos assumidos, como o pagamento dos funcionários terceirizados, fato que ocasionou a adoção de medida administrativa de pagamento direto destes últimos. 4. Conforme o art. 31, parágrafos 1º e 5º, da Lei nº. 8.666/93, não há vedação legal a exigência do patrimônio líquido mínimo cumulativamente com os índices contábeis de liquidez geral, corrente e solvência geral, tendo o próprio Plenário do TCU ratificado a possibilidade dessa exigência cumulativa, recomendando a sua adoção à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. 5. Agravo de instrumento improvido. (TRF-5 - AG: 08074632220164050000, Relator: Desembargador Federal Rubens de Mendonça Canuto, Data de Julgamento: 09/03/2017, 4ª Turma)

Por fim, a SÚMULA Nº 275 do TCU, estabelece que:

Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços.

DOS PEDIDOS

WR DISTRIBUIDORA E INDUSTRIA TEXTIL LTDA

WR DISTRIBUIDORA E INDUSTRIA TEXTIL LTDA

CNPJ nº 25.369.684/0001-24 e IE nº 002808256.00-02

Av. Julião Arbex, nº 20, Pavimento 1, Centro, Três Corações, MG

CEP nº 37.410-109, E-mail: licitacao01@centerdistribuidora.com.br – Tel.: (35) 3235-1001

Diante do exposto, requer-se:

O conhecimento e acolhimento Impugnação e seu total acolhimento, sendo julgada procedente para então ser “retificado, o edital de Licitação nº 15/2023;

Constando o termo de Referência mais detalhado com as especificações completas, prazo de amostra seja de no mínimo 10 (dez) dias uteis, e que seja solicitado uma comprovação de capacidade financeira, para comprovar que a licitante tenha capacidade para produzir o quantitativo solicitado no edital.

a determinação da republicação do Edital, com a alteração pleiteada, assim como seja reaberto o prazo inicialmente previsto.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Três Corações, MG, 14 de agosto de 2023

Halisson Rodrigo Correa

CPF nº 041.157.746-81

Administrador



WR DISTRIBUIDORA E INDUSTRIA TEXTIL LTDA